



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

PARECER JURÍDICO nº 69/2025

Objeto: Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 25, de 12 de setembro de 2025.

Autores: Mesa Diretora (vereadores: Aécio Moreira de Oliveira, Alessandra Ettore Maldonado Ferreira, Vitor Gabriel Santos Souza e Vanderlei Monteiro) e a vereadora Luíza Monteiro Boer

Ementa: Acrescenta o art. 107-A à Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a Emenda Parlamentar Orçamentária Impositiva, em conformidade com o previsto na Emenda Constitucional 126/2022.

I – DO RELATÓRIO

Foi encaminhado o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 25/2025 que acrescenta o art. 107-A à Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a Emenda Parlamentar Orçamentária Impositiva, em conformidade com o previsto na Emenda Constitucional 126/2022.

Em suas considerações os autores justificam que a medida visa atualizar o processo legislativo orçamentário, em consonância com a Emenda Constitucional nº 126/2022, permitindo que vereadores proponham emendas individuais com execução obrigatória. Isso garante que os recursos destinados a setores específicos sejam aplicados conforme planejado, atendendo de forma efetiva às demandas da população.

Afirmam também que o orçamento impositivo fortalece o Poder Legislativo, ampliando a autonomia dos vereadores e reforçando sua responsabilidade na proposição de emendas que melhorem serviços e equipamentos públicos. Ademais, assegura que metade das emendas tenha



Câmara Municipal de Juína/MT

Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

destinação obrigatória à saúde, vedando seu uso para despesas com pessoal e encargos sociais, conforme §9º do art. 166 da Constituição Federal.

É o sucinto relatório.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

No procedimento prévio de controle de constitucionalidade estruturado no âmbito da produção legislativa municipal, de um modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei sobre três perspectivas elementares: i) a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Municípios; ii) se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à iniciativa para proposição prevista pela ordem jurídico-constitucional; iii) a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.

De tal maneira, incumbe a esta Procuradoria Legislativa prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, **não lhe competindo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração Pública**, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

II.1 – Da competência e iniciativa

A Constituição Federal dispõe acerca da competência legislativa de cada ente federativo, em razão disso importante transcrever o art. 29, *caput*, e art. 30, incisos I, que tratam do tema em análise:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estados e os seguintes preceitos:

(...)

Art. 30. Compete aos Municípios:



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

I - legislar sobre assuntos de interesse local;
(...)

De igual modo, disciplina a Lei Orgânica em seu art. 60, inciso I, que é de iniciativa de um terço dos membros da Câmara a proposta de Emenda à Lei Orgânica:

Art. 60. Esta Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço dos membros da Câmara;

II – do Prefeito Municipal.

§1º A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver em cada um, dois terços dos votos dos membros da Câmara.

§2º A emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pela mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

§3º A matéria constante da proposta da emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.

Assim, não há vício de iniciativa no projeto, eis que foi apresentado por 05 (cinco) vereadores.

No que diz respeito à competência legislativa, a Constituição Federal prevê, nos arts. 21 a 24, o sistema de repartição de competências legislativas e administrativas das unidades políticas.

Neste sentido, o art. 24, nos incisos I e II, da Constituição Federal¹, estabelece a competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal para dispor sobre direito financeiro e orçamento público, cabendo a União a edição das normas gerais sobre a matéria, de modo a fixar, no interesse nacional, as diretrizes que devem ser observadas pelas demais unidades federativas.

¹ Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
II - orçamento;
(...)



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

Por isso, por força do dever de simetria, as normas da Constituição Federal que regem o orçamento público são de observância obrigatória, no que se incluem as regras concernentes ao processo legislativo orçamentário, não cabendo ao município qualquer inovação quanto à matéria.

Logo, no decorrer do presente parecer será analisado se foi observado o que dispõe a Constituição Federal sobre o tema.

II.2 – Do conteúdo normativo

II.2.1 – Da emenda impositiva

O orçamento público sempre esteve no centro do debate político, não só pela disputa e poder que recursos financeiros incitam, mas também pela modelagem da federação que a matéria fiscal faz suscitar.

A Emenda Constitucional nº 86, promulgada em 17 de março de 2015, originária da “PEC do Orçamento Impositivo”, passou a prever as chamadas emendas impositivas à Lei Orçamentária Anual (LOA), incluindo os §§ 9º a 18 no art. 166 da Constituição Federal, parcialmente modificados pelas Emendas nº 100, de 26 de junho de 2019, e nº 126, de 21 de dezembro de 2022, as quais acrescentaram os §§ 9º-A, 19 e 20 ao citado art. 166, bem como o § 9º ao art. 165.

Nota-se, portanto, que a Emenda Constitucional nº 86/2015 torna impositiva a execução de parte das emendas individuais ao orçamento. Ressalte-se que, antes do advento dessa emenda, o orçamento era tido como peça meramente autorizativa, isto é, ao executar a despesa, o Poder Executivo, apesar de não poder exceder ao limite previsto, poderia gastar menos do que lhe fora autorizado.

Entretanto, a partir da inclusão do orçamento impositivo, através da Emenda Constitucional nº 86/2015, parte das emendas individuais ao orçamento tornaram-se de execução obrigatória.



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

É sabido que as emendas individuais constituem mecanismo de controle do orçamento público pelo Poder Legislativo, através das quais é lícito aos parlamentares influir na alocação de recursos públicos, de modo a permitir a consecução de políticas públicas setoriais, em consonância com o princípio democrático.

Nesse aspecto, embora a iniciativa do processo legislativo orçamentário caiba ao chefe do Poder Executivo, incumbe ao Poder Legislativo a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária, incluída à possibilidade de emendá-la, observadas as vedações legais.

A Emenda Constitucional nº 86/15, então, trouxe mudanças sensíveis no processo legislativo orçamentário, porquanto mitigou a discricionariedade orçamentária e atribuiu determinado grau de vinculação à implementação, pelo Poder Executivo, das emendas propostas pelos parlamentares.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, Relator da ADI nº 6.308, elucidou a matéria afirmando:

“A figura das emendas parlamentares impositivas, de execução obrigatória pelo Poder Executivo, conquanto admitida na Constituição Federal após as ECs nº 86/2015 e nº 100/2019, representa exceção à natureza autorizativa da lei orçamentária, subtraindo relevante parcela de atribuições da Chefia daquele Poder, inclusive em termos de planejamento e gestão pública. Representa também exceção à própria regra da iniciativa legislativa do Poder Executivo nessa matéria, conforme previsto no caput do art. 165 da Constituição Federal. Em última análise, o orçamento impositivo é figura que toca no próprio princípio constitucional da separação dos Poderes. Até por essa razão, sua interpretação e aplicação devem dar-se de forma estrita e cautelosa.”

Norteando-se por essa premissa, há de se firmar, a priori, que o ato emanado pelo Poder Legislativo, instituindo o orçamento impositivo, não ofende o princípio da separação de poderes, eis que a matéria, que já se



Câmara Municipal de Juína/MT

Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

encontra estabelecida no nosso ordenamento jurídico, está dentro dos limites das funções institucionais e constitucionais que são atribuídas aos Parlamentares.

Vale dizer, a Emenda Constitucional nº 86/15 representa uma exceção às emendas parlamentares autorizativas e tem por escopo tornar obrigatória a execução das emendas parlamentares individuais (orçamento impositivo).

Além da emenda citada, foram editadas as Emendas Constitucionais nº 102/19 e nº 105/19, criadas com o intuito de aprimorar o modelo de impositividade orçamentária implantado pela Emenda Constitucional nº 86/15, passando a prever novas condições e hipóteses para a execução obrigatória do orçamento público no Brasil.

De fato, o orçamento impositivo implementado prevê a obrigatoriedade de o Poder Executivo garantir créditos orçamentários e recursos financeiros para a execução de emendas parlamentares (art. 166, § 11, da CF).

Feitas essas considerações **podemos dizer que a emenda impositiva é o instrumento pelo qual os parlamentares podem apresentar emendas individuais ao Projeto de Orçamentária Anual (PLOA) destinando recursos do ente federado para determinadas obras, projetos ou instituições.**

Sobre o tema, os tribunais pátrios não verificam qualquer incompatibilidade na implementação do orçamento impositivo no âmbito municipal, desde que observado o princípio da simetria as normas federais e estaduais:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT - INTRODUÇÃO DO ART. 128-A, QUE TORNA OBRIGATÓRIA A EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EMENDA DE INICIATIVA



Câmara Municipal de Juína/MT

Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

PARLAMENTAR - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL - VIOLAÇÃO À COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 86/2015 - INTRODUÇÃO DO ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO ÂMBITO FEDERAL - LEGITIMIDADE DA INICIATIVA PARLAMENTAR - PRINCÍPIO DA SIMETRIA - AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE QUANTO A CRIME DE RESPONSABILIDADE - MOLDE DA CONDUTA DESCRITA AO ART. 1º, INCISOS III, IV E V DO DECRETO-LEI Nº. 201/67 - AÇÃO IMPROCEDENTE. **Não se verifica incompatibilidade formal na proposição parlamentar de Emenda nº. 09/2022, que acrescentou o art. 128-A na Lei Orgânica do Município de Arenápolis/MT para inserir dispositivo referente ao orçamento impositivo, o qual, a partir do advento da EC nº. 86/2015, passou a não ser mais de competência privativa do Chefe do Executivo. Não há incompatibilidade material, uma vez que referido diploma está, na verdade, reproduzindo quase literalmente o teor da atual redação do art. 166 da Constituição da República Federativa do Brasil, e do art. 164, § 15 da Constituição do Estado de Mato Grosso, assemelhando o modelo de execução orçamentária municipal ao novo modelo constitucional federal e estadual, em observância ao princípio da simetria.** Também não há inconstitucionalidade no que atine à previsão de crime de responsabilidade (art. 128-A, § 4º, da Lei Orgânica de Arenápolis), porque há molde da descrição normativa ao art. 1º, incisos III, IV e V do Decreto-Lei nº. 201/67, legislação federal que define crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal. ADI julgada improcedente. (N.U 1019289-50.2022.8.11.0000, ÓRGÃO ESPECIAL CÍVEL, ANTONIA SIQUEIRA GONCALVES, Órgão Especial, Julgado em 16/12/2023, Publicado no DJE 16/12/2023)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL - ORÇAMENTO IMPOSITIVO - PRINCÍPIO DA SIMETRIA - AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE - IMPROCEDENTE. **A Emenda Constitucional nº 86/15 trouxe mudanças sensíveis no processo legislativo relativo ao orçamento, porquanto mitigou a discricionariedade orçamentária e atribuiu determinado grau de vinculação à implementação, pelo Poder Executivo, das emendas propostas pelos parlamentares.** (TJ-MS - Direta de Inconstitucionalidade: 1406726-34.2019.8.12.0000 Não informada,



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

Relator.: Des. Paschoal Carmello Leandro, Data de Julgamento:
09/03/2024, Órgão Especial, Data de Publicação: 12/03/2024)

Conclui-se que não há impedimento legal para alteração da Lei Orgânica a fim de alterar o processo legislativo relativo ao orçamento.

II.2.2 – Do limite do percentual das emendas impositivas e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.493/MT em tramite no Supremo Tribunal Federal (STF)

A Constituição Federal, mais precisamente em seu art 166, §9º e §9º-A estabelecem que as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas **no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior** e desse percentual metade será destinada a ações e serviços públicos de saúde:

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

(...)

§ 9º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de **2% (dois por cento)** da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 9º-A Do limite a que se refere o § 9º deste artigo, **1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento)** caberá às emendas de **Deputados** e **0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento)** às de **Senadores**.

Cumpre registrar que há diversas ações junto ao Supremo Tribunal Federal no que diz respeito da regulamentação e aplicação das emendas impositivas pelos entes federados, havendo uma rigorosa verificação em termos de espelhamento das disposições sobre emendas no âmbito local, para que o princípio da simetria seja atingido.



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

No âmbito da ADI nº 7.493/MT², discuti-se acerca de qual percentual deve ser aplicado às emendas impositivas estaduais e municipais após a alteração constitucional advinda da Emenda Constitucional nº 126/2022, que determinou percentuais distintos para deputados federais (1,55%) e senadores (0,45%).

Discutiu-se na ação a constitucionalidade de Emenda à Constituição de Mato Grosso que fixava o limite de 2% da receita corrente líquida para as emendas individuais impositivas para seus Deputados Estaduais.

Assim, pela análise do desenvolvimento das discussões, se caminha a decisão entre os membros de que o limite seria o atualmente direcionado para os Deputados Federais, de 1,55% da receita corrente líquida, preservando a mesma vinculação de metade do valor à saúde, tendo em vista que no nível estadual o sistema é **unicameral e não bicameral**. Esse assunto ainda não está pacificado entre os membros da suprema corte, conforme se verifica o andamento dos pedidos de vistas na ADI 7651³.

Desta forma, verifica-se que a matéria continua em evolução interpretativa. A decisão tomada nas referidas ações de inconstitucionalidade, ainda em tramite, demonstra que ainda não há um parâmetro definitivo que pacifique a questão para os demais entes federados, o que matem o debate aberto quanto à definição de limites adequados para estados e municípios.

Diante da pendência de julgamento final da ação direta de inconstitucionalidade acima mencionada, recomenda-se, pelo princípio da prudência e da simetria, que o percentual da receita corrente líquida para implantação da emenda impositiva seja fixado em 1,55%, e não 2%, haja vista o sistema unicameral existente nos municípios.

² Disponível a consulta em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6770773>

³ Disponível a consulta em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6928967>



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

II.2.3 – Do princípio da simetria e da inconstitucionalidade da correção da receita corrente líquida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

As decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e nos demais tribunais pátrios reforçam que a aplicação das emendas impositivas em estados e municípios deve seguir estritamente as regras da Constituição Federal.

Logo, as alterações locais que criem institutos não previstos, modifiquem percentuais ou incluam modalidades, como exemplo, “emendas de participação popular”, têm sido declaradas inconstitucionais. A Suprema Corte enfatiza que o legislador subnacional não pode contrariar normas federais sobre direito financeiro.

Por isso, em matéria de orçamento e finanças públicas, o modelo a ser seguido no âmbito dos estados federados e dos municípios é de reprodução obrigatória, em homenagem ao princípio da simetria, consoante orientação firmada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso:

DIREITO CONSTITUCIONAL E MUNICIPAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS. CRITÉRIOS DE CÁLCULO DIVERGENTES ENTRE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SIMETRIA CONSTITUCIONAL. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. PROCEDÊNCIA. (...) 3. A norma municipal estabeleceu critério diverso daquele previsto nas Constituições Federal (art. 166, § 9.º) e Estadual (art. 164, § 15), que determinam que o limite das emendas parlamentares seja calculado sobre a receita corrente líquida do exercício anterior, configurando violação frontal ao princípio da simetria constitucional. 4. A norma impugnada revela grave incongruência intrínseca ao estabelecer bases de cálculo distintas para a aprovação e a execução das emendas parlamentares, não se tratando de mero "erro de digitação", mas de divergência substancial que gera consequências jurídicas e financeiras concretas. 5. A norma municipal extrapolou os limites de sua competência legislativa ao estabelecer critérios diversos



Câmara Municipal de Juína/MT

Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

daqueles fixados pela Constituição Federal como normas gerais de direito financeiro, matéria sobre a qual compete concorrentemente à União, Estados e Distrito Federal legislar. 6. A inconstitucionalidade produz consequências práticas sérias, incluindo insegurança jurídica decorrente das bases de cálculo distintas, desequilíbrio orçamentário que compromete o planejamento municipal e violação ao princípio da legalidade orçamentária. IV. Dispositivo e tese. **7. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. Tese de julgamento: "1. Os Municípios devem observar rigorosamente o princípio da simetria constitucional ao instituir emendas parlamentares impositivas, reproduzindo fielmente os critérios estabelecidos pelas Constituições Federal e Estadual. 2. É inconstitucional norma municipal que estabeleça bases de cálculo distintas para aprovação e execução de emendas parlamentares impositivas, divergindo dos parâmetros constitucionais que fixam como referência a receita corrente líquida do exercício anterior. 3. A competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local não autoriza a criação de critérios orçamentários que contrariem as normas gerais estabelecidas pela União em matéria de direito financeiro."** (N.U 1019073-84.2025.8.11.0000, ÓRGÃO ESPECIAL CÍVEL, GILBERTO GIRALDELLI, Órgão Especial, Julgado em 16/09/2025, Publicado no DJE 16/09/2025)

Desse modo, flagrante a violação as regras de competência legislativa das leis orçamentárias (artigos 24, I, e 30, I e II, da CF/88), opinando pela inconstitucionalidade da parte final do §1º do art. 107-A constante no Projeto de Emenda à Lei Orgânica, ou seja, "acrescido com taxa de correção do IPCA".

II.3 – Da redação final

Feita a leitura da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 25/2025 pode ser observado à **existência de vícios formais de redação e de técnica legislativa**, contrariando ao que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que deverão ser corrigidos pela *Comissão de Constituição, Justiça e Redação*, qual seja:



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

1. No *caput* do art. 107-A: As palavras “receita”, “corrente” e “líquida” devem ser grafadas com inicial minúscula, bem como deve ser retida a expressão “encaminhado pelo Poder Executivo”, de acordo com o que dispõe a alínea “b”, inciso I, do art. 11, da Lei Complementar Federal nº 95/98⁴.

2. Nos §1º e §2º do art. 107-A: Em atenção ao que dispõe o art. 11 da Lei Complementar Federal nº 95/98, sugere-se que os referidos dispositivos sejam redigidos em um único parágrafo por conter repetição de assunto, sugerindo o seguinte texto: *“É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o caput deste artigo, segundo critérios equitativos, financiada exclusivamente com recursos consignados na reserva parlamentar instituída com a finalidade de dar cobertura às referenciadas emendas”*.

3. No §4º do art. 107-A: recomenda-se que seja revisada a redação do referido parágrafo, haja vista que não há montante previsto no §3º, bem como seja suprimida a expressão “§18 do art. 166 CF”;

4. No §7º do art. 107-A: recomenda-se que seja suprimido o referido parágrafo, tal qual foi feito na Emenda Constitucional nº 100/2019 que revogou os incisos do §14 do art. 166 da Constituição Federal, que caberá a lei de diretrizes orçamentária estabelecer o cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução dos respectivos montantes destinados às emendas individuais.

Ademais, como se sabe, cabe a lei orgânica estabelecer normas gerais para o funcionamento do município, cabendo ao restante do ordenamento as demais especificidades.

⁴ Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I - para a obtenção de clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;

b) usar frases curtas e concisas;

(...)



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

Diante dos vícios formais de redação e técnica legislativa existentes, a Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína, s.m.j. RECOMENDA aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a proposta de EMENDA, objetivando ajustar a propositura à técnica legislativa adequada.

II.4 – Da tramitação e votação

A propositura deverá ser submetida ao crivo da Comissão Permanente de **Legislação, Justiça e Redação** (art. 51, inciso I, alínea “b”, do Regimento Interno) e de **Finanças e Orçamento** (art. 51, inciso II, alínea “e”, do Regimento Interno).

Importante que seja observado o que prevê o §2º do art. 45⁵ do Regimento Interno, ficando impedido de exarar parecer o vereador que for autor da proposição, membro de comissão permanente.

Lembra-se que, para a aprovação de projeto de emenda à Lei Orgânica, deve a proposta ser **discutida e votada em duas sessões com interstício mínimo de 10 (dez) dias**, considerando-se **aprovada se obtiver 2/3 dos votos** dos membros da Câmara Municipal nas duas sessões, conforme disciplina o §1º do art. 60 da Lei Orgânica Municipal e art. 29, *caput*, da Constituição Federal.

A promulgação da emenda à Lei Orgânica, se aprovado o seu projeto, caberá à Mesa Diretora da Câmara, a qual conferirá o respectivo número de ordem (§2º do art. 60, Lei Orgânica Municipal). Respeitadas tais formalidades, não se verificará qualquer vício de natureza formal, porquanto são essas as exigências para a tramitação do projeto.

III – DA CONCLUSÃO

⁵ Art. 45. As Comissões serão compostas por três Vereadores Titulares e dois suplentes, sendo um Presidente, um Relator e um Membro, escolhidos entre si, para um período de dois anos.

§ 1º As Comissões Permanentes da Câmara são as seguintes:

(...)

§ 2º Fica impedido de exarar parecer o Vereador que oferecer a proposição e fizer parte da respectiva Comissão, devendo ser substituído pelo primeiro suplente ou pelo segundo, caso haja impedimento do primeiro.



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

Após análise, a Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal OPINA pela possibilidade jurídica da tramitação, discussão e votação do Projeto de Emenda a Lei Orgânica ora examinada, condicionado a alteração do projeto nos seguintes pontos:

1. Violação as regras de competência legislativa das leis orçamentárias (artigos 24, I, e 30, I e II, da CF/88), opinando pela inconstitucionalidade da parte final do §1º do art. 107-A constante no Projeto de Emenda à Lei Orgânica, ou seja, “acrescido com taxa de correção do IPCA”, conforme exposto no item II.2.3;

2. Ajuste na redação da lei, conforme exposto no item II.3 deste parecer.

Recomenda-se que diante da pendência de julgamento final da ADI nº 7.493/MT, pelo princípio da prudência e da simetria, que o percentual da receita corrente líquida para implantação da emenda impositiva seja fixado em 1,55%, e não 2%, haja vista o sistema unicameral existente nos municípios (item II.2.2).

No que tange ao mérito, a Procuradoria Legislativa não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, em especial sobre a existência de interesse público, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais vigentes.

Impende destacar, que a emissão do presente parecer não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não pelos nobres Edis.



Câmara Municipal de Juína/MT
Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Juína/MT

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Juína/MT, 07 de outubro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br JANAINA BRAGA DE ALMEIDA GUARIENTI
Data: 07/10/2025 14:53:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Janaína Braga de Almeida Guarienti
Procuradora Legislativa
OAB/MT 13.701 - PORTARIA Nº 42/2019